

ATA Nº 06/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO  
CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL – FACEPI  
REALIZADA NO DIA 26/06/2014

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sede da  
2 FACEPI, situada à Rua Santa Luzia 910, reuniram-se ordinariamente os membros da Diretoria  
3 Executiva da Fundação Cepisa de Seguridade Social - FACEPI: O Sr. Robert Soares Martins  
4 Cavalcante – Presidente, o Sr. Benício Olímpio de Melo Neto - Diretor Administrativo e de  
5 Benefícios e a Sra. Lídia Francisca Falcão Carvalho Airemoraes - Diretora Financeira. Após os  
6 cumprimentos iniciais, o Sr. Presidente abordou o primeiro item da pauta: **“1 – Caso do**  
7 **participante que aderiu ao Plano CV estando de licença médica”**. Prosseguiu informando  
8 que o assunto em comento faz parte dos casos dos benefícios de risco a conceder do PCV. Para  
9 melhores esclarecimentos os presentes solicitaram a presença do Sr. Delano Trajano, gerente de  
10 benefícios da Fundação. Indagado pelo Sr. Presidente, o Sr. Delano explicou que o referido  
11 participante estava afastado da Patrocinadora, por licença médica desde 2008 e mesmo assim  
12 em 2012 aderiu ao Plano CV. Disse que para o presente momento, o participante chegou à  
13 condição de aposentado por invalidez e requer o benefício por parte da Fundação. O Sr.  
14 Presidente disse que em seu entendimento o participante não poderia ter aderido ao Plano  
15 estando de licença médica. A Diretora Financeira concordou com o presidente. O Sr. Diretor  
16 Adm. e de Benefícios sugeriu que fosse elaborado um relatório contendo toda situação e  
17 encaminhado à Dra. Aparecida Pagliarini, consultora jurídica da Fundação, a fim de que a  
18 mesma possa auxiliar quanto ao procedimento que deverá ser adotado. **“2 - Caso do**  
19 **participante Emídio”**. Indagado pelo Sr. Presidente o Sr. Delano explicou que estavam  
20 ocorrendo dúvidas quanto à concessão do benefício pensão por morte do referido participante.  
21 Porém disse que a Dra. Aparecida foi consultada e em resposta a mesma informou que para o  
22 caso em comento, não caberá pensão aos filhos com maioria, ficando portanto o dinheiro  
23 repassado à sucessão civil. O Sr. Presidente sugeriu que fosse dado conhecimento aos  
24 interessados via ofício e aguardado a decisão judicial para posterior decisão. Os presentes  
25 concordaram com a sugestão apontada. **“3 – Auditoria de Benefícios”**. Ainda indagado pelo  
26 Sr. Presidente o Sr. Delano disse que já entrou em contato com a empresa contratada e que  
27 todas informações solicitadas já foram repassadas. A Sra. Diretora Financeira disse que  
28 contrato precisa ser executado no prazo. O Sr. Diretor Adm. e de Benefícios falou que como a  
29 GAMA já possui todas as informações, solicitou que o Sr. Delano cobre mais assiduamente da  
30 empresa a conclusão do trabalho. **“4 – Definição de prazo para alteração do Regulamento**  
31 **do Plano CV e cobrança dos benefícios de risco conforme parecer atuarial”**. O Sr. Diretor  
32 Adm. e de Benefícios lembrou que já havia apresentado sugestões em uma minuta de alteração  
33 apresentada pelo atuário. O Sr. presidente solicitou que todos reanalisassem a minuta e que até  
34 o dia 04/07 seja proposta uma nova alteração do Regulamento do Plano CV e encaminhada ao  
35 atuário. Disse ainda que deverá ser estipulado prazo para a conclusão do trabalho devido a  
36 urgência que o caso requer. Quanto à cobrança da taxa de risco do benefício o Sr. Presidente  
37 informou de acordo com o parecer atuarial há um descumprimento quanto ao valor que deveria  
38 estar sendo cobrado. Dessa forma, indagou aos presentes a opinião quanto ao assunto. O  
39 Diretor Adm. e de Benefícios lembrou que a taxa do benefício de risco da Fundação já vem  
40 sendo bastante discutida e questionada principalmente quanto ao alto valor cobrado. Dessa  
41 forma sugeriu que não fosse aplicado de imediato o novo valor apresentado e que a DEX se  
42 empenhasse inicialmente na alteração do regulamento do Plano. Disse que caso seja cobrado o  
43 novo valor, a FACEPI corre um sério risco de perder todos os seus participantes. A Sra.  
44 Diretora Financeira manifestou-se dizendo que desde que chegou na fundação tomou

45 conhecimento que o Plano PCV não era atrativo para os empregados novos da Patrocinadora  
46 devido à sua taxa de risco ter sido desenhada para uma massa mais velha portanto, estava  
47 superior ao que deveria ser e que as providências para a alteração do regulamento do PCV estão  
48 atrasadas, comprometendo o resultado do estudo do ALM, conseqüentemente alterando os  
49 investimentos, motivo pelo qual é favorável à imediata aplicação da cobrança da atualização da  
50 taxa, ou seja, praticar a taxa encontrada/calculada pelo atuário para o funcionamento do Plano.  
51 Diante da divergência de opiniões o Sr. Presidente solicitou que o assunto fosse melhor  
52 analisado e que até dia 17/07 fosse decidido o procedimento que deverá ser adotado. Todos  
53 concordaram com a posição do Sr. Presidente. **“5 – Antecipação da primeira parcela do  
54 décimo terceiro dos participantes assistidos da FACEPI”**. A Diretoria Executiva decidiu que  
55 fosse aplicado conforme decisão ocorrida no exercício de 2013, levando em consideração a  
56 prática adotada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. **“6 – Avaliação dos  
57 imóveis da FACEPI”**. Indagada pelo Sr. Presidente a Sra. Diretora Financeira apresentou a  
58 avaliação dos imóveis da Fundação, realizada pela empresa Quantum. Prosseguiu informando  
59 que houve um questionamento por parte do Diretor de Benefício quanto à valoração do imóvel  
60 da João XXIII. Em função disso convocou o representante da empresa contratada que lhe  
61 apresentou a metodologia utilizada no trabalho e falou que a avaliação do imóvel foi feita com  
62 a planta original, sem a recente adequação feita pelo inquilino anterior do prédio. Dessa forma  
63 disse que já foi repassada a nova planta à empresa e solicitada a conclusão do trabalho e que o  
64 mesmo será novamente apresentado à DEX. **“7 – Deliberação de Manualização dos  
65 processos de Investimentos e Finanças”**. A Sra. Diretora Financeira apresentou o Manual  
66 elaborado pela empresa Consultorys, resultado de trabalho realizado junto os colaboradores que  
67 trabalham na área de Investimentos e Finanças. Após as breves considerações a Sra. Diretora  
68 Financeira propôs a aprovação do mesmo. Os demais Diretores aprovaram o trabalho ficando  
69 decidido que o mesmo será implementado nesta data. Na oportunidade o Sr. Diretor Adm. e de  
70 Benefícios lembrou da necessidade da elaboração de um trabalho na área de benefícios e  
71 sugeriu que a mesma empresa elaborasse como sendo um processo contínuo ao que foi  
72 apresentado na área de investimento e finanças. Os presentes concordaram com a sugestão  
73 apontada. **“8 – Dívida da Patrocinadora”**. Indagada pelo Sr. Presidente a Sra. Diretora  
74 Financeira informou que já estão com quatro parcelas em atraso. Disse que as cobranças  
75 continuam, mas que infelizmente não está obtendo resposta da Patrocinadora. Prosseguiu  
76 informando que, atendendo à determinação do Conselho Deliberativo, já encaminhou ofício à  
77 Caixa Econômica Federal, (Instituição Bancária Interveniente) solicitando as informações  
78 quanto aos procedimentos que deverão ser adotados pela Fundação, para a operacionalização  
79 dos contratos, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida n.º 087/97- PCJ, de 19 de  
80 setembro de 1997 e Reserva a Amortizar – Termo de Compromisso FACEPI / CEPISA de 11  
81 de dezembro de 2000, especificamente às cláusulas que dizem respeito as garantias de  
82 cumprimento dos valores dos pagamentos vencidos. Disse que segundo a CEF, o ofício já foi  
83 encaminhado à sua Assessoria Jurídica e que nos próximos dias nos será respondido. **“9 –  
84 Déficit das aplicações do exercício de 2013”**. O Sr. Presidente disse que a meta atuarial de  
85 2013 chegou a 11,37% e a rentabilidade obtida pela Fundação foi de 2,12%, no PBD, 6,56%  
86 no PCV e 8,02% no PGA. Explicou que há alguns motivos que levaram ao déficit apresentado  
87 pelo PBD, um deles foi em função do reajuste dos benefícios concedidos pelo INSS no valor de  
88 5,26%, outro pelos constantes atrasos da Patrocinadora e principalmente pela conjuntura  
89 econômica nacional, que fez com que os planos de todo o país apresentassem uma série de  
90 dificuldades ao cumprir as metas de rentabilidade previstas nas políticas de investimentos.  
91 Prosseguiu informando que em consequência disso foi um dos piores anos em tempo de  
92 rentabilidade não só no Brasil, como também a nível mundial. A Diretora Financeira concordou  
93 e comentou que as dificuldades encontradas fundações na gestão dos seus ativos espelham os  
94 problemas dos mercados e pela economia brasileira. O Sr. Presidente finalizou informando que  
95 déficit atuarial do Plano BD totalizou em R\$ 12.252.000,00 (doze milhões e duzentos e

96 cinquenta e dois mil) “**10 – Rentabilidade**”. Indagada pelo Sr. Presidente a Sra. Diretora  
97 Financeira informou que o acompanhamento está sendo feito pela avaliação e acompanhamento  
98 do risco de mercado nas aplicações financeiras, mapa de risco, relatório de enquadramento de  
99 investimento e outros. Mostrou uma prévia da rentabilidade obtida em maio /2014 e disse que  
100 até o momento não fechou o balancete de maio, por atraso do fechamento das reservas  
101 matemáticas pelo atuário. “**10 – Apreciação das ordinária n° 05/2014 do Conselho**  
102 **Deliberativo e ordinária n° 06/2014 do Conselho Fiscal**”. Após apreciação das atas citadas  
103 os Diretores destacaram os assuntos de maior relevância. Com relação a ata do Conselho  
104 Deliberativo o Sr. Presidente lembrou do questionamento feito quanto a cobrança do Advogado  
105 Antomar. Disse que a DEX está aguardando a vinda do mesmo para tratar sobre o assunto.  
106 Ainda com relação à referida ata, o Sr. Presidente ressaltou que os conselheiros indagaram  
107 quanto à questão da tábua adotada pela Fundação. Disse que foi realizado um *call* com o  
108 atuário e a SEREL e a informação transmitida foi que a Conde já mandou as planilhas  
109 necessárias para a execução do trabalho que será desenvolvido pela SEREL. Disse ainda que  
110 ficará no aguardo da conclusão do trabalho e em posse das informações dará conhecimento ao  
111 Conselho. Com relação a ata do Conselho Fiscal os presentes não verificaram assuntos  
112 necessárias a discussão. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a  
113 reunião, autorizando a lavratura da presente ata, que após lida e julgada conforme, vai assinada  
114 por mim, Secretária e pelos Diretores, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.  
115 Teresina, 26 de junho de 2014.

ROBERT SOARES MARTINS CAVALCANTE  
Presidente da FACEPI

BENÍCIO OLÍMPIO DE MELO NETO  
Diretor Administrativo e de Benefícios

LÍDIA FRANCISCA F. C. AIREMORAES  
Diretora Financeira

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA SANTANA  
Secretária